

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- RN

Termo de Referência 34/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2025	200394-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL-RN	FABIO ARAUJO VANDERLEI	28/11/2025 09:14 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	26/2025	08420.005859/2025-32

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresas especializadas em fornecimento sob demanda de gêneros alimentícios diversos, para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte e suas unidades Descentralizadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA		QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
	1	Açúcar cristal contendo no mínimo 98,5% de sacarose, dissolução rápida, granulometria fina e de cor branca. O açúcar obtido a partir do açúcar de cana purificado, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Descrição Complementar: embalagem com dizeres de rotulagem, de acordo com legislação em vigor e registro no Ministério da Saúde. Embalagem de 1 kg, apresentando data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	603269	Pacote	1kg	2.400	R\$ 4,56	R\$ 10.944,00
	2	Adoçante , aspecto físico líquido. Composto pelo edulcorante sucralose, extraído da cana de açúcar. Tipo: dietético. Características adicionais: bico dosador. Descrição Complementar: embalagem com dizeres de rotulagem, de acordo com legislação em vigor e	436134	Frasco	100ml	384	R\$ 6,59	R\$ 2.530,56

1		registro no Ministério da Saúde. Embalagem de 100 ml, apresentando data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data da entrega.						
	3	Café, tipo torrado, apresentação moído, extraforte , procedente de grãos são, limpos e isentos de impurezas, acondicionado em pacote aluminizado alto vácuo, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café – ABIC ou Laudo de análise do produto emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA para fins de comprovação da qualidade. Descrição Complementar: embalagem com dizeres de rotulagem, de acordo com legislação em vigor e registro no Ministério da Saúde. Referência: Três corações, Pilão, Melitta, equivalente ou de melhor qualidade. Embalagem de 250g, apresentando data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	606522	Pacote	250g	3.440	R\$15,16	R\$52.150,40
-	4	Café torrado em grãos , para máquina de café expresso, 100% arábico, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café – ABIC Gourmet ou Laudo de análise do produto emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA para fins de comprovação da qualidade. Descrição Complementar: embalagem com dizeres de rotulagem, de acordo com legislação em vigor e registro no Ministério da Saúde. Referência: Três corações, Melitta, equivalente ou de melhor qualidade. Embalagem de 1kg, apresentando data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data da entrega. (25% (vinte e cinco por cento) da cota para EPP/ME	463572	Pacote	1Kg	360	R\$ 91,32	R\$ 32,875,20
EPP/ME								
-	5	Café torrado em grãos , para máquina de café expresso, 100% arábico, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café – ABIC Gourmet ou Laudo de análise do produto emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA para fins de comprovação da qualidade. Descrição Complementar: embalagem com dizeres de rotulagem, de acordo com legislação em vigor e registro no Ministério da Saúde. Referência: Três corações, Melitta, equivalente ou de melhor qualidade. Embalagem de 1kg, apresentando data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	463572	Pacote	1Kg	1.080	R\$ 91,32	R\$ 98.625,60

4.1.1. Enquanto se aguarda a publicação e implementação do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) próprio da Polícia Federal, esta contratação se alinha às diretrizes federais vigentes, em especial àquelas contidas na Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, de modo a garantir o cumprimento do princípio do desenvolvimento nacional sustentável, conforme a Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. Dimensão Ambiental (Foco no Produto e Embalagem) - Os seguintes requisitos visam minimizar o impacto ecológico na produção, transporte e descarte dos insumos:

4.1.2.1. Embalagens Sustentáveis: Exigir que as embalagens primárias e secundárias sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, biodegradável ou compostável. Isso inclui o tipo de plástico do café, o saco do açúcar ou o frasco do adoçante.

4.1.2.2. Logística Reversa: O fornecedor deverá apresentar um plano ou declaração de que se responsabilizará pelo recolhimento e destinação final ambientalmente correta das embalagens pós-consumo, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.2.3. Certificações Ambientais: Será dada preferência ou pontuação técnica adicional aos fornecedores que apresentarem certificações de produto verde ou que comprovem a observância de requisitos ambientais, como selos reconhecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para rotulagem ambiental (Tipo I) ou similares, que atestem a produção com menor impacto.

4.1.2.4. Redução de Agrotóxicos/Orgânicos: Será dada preferência (ou pontuação) ao fornecimento de café ou açúcar oriundos de produção que utilize práticas de manejo de baixo impacto ambiental, como a produção orgânica (com certificação do MAPA) ou que comprovem a não utilização de agrotóxicos proibidos no país.

4.1.3. Dimensão Social (Foco na Cadeia de Produção) - Os seguintes requisitos visam garantir condições de trabalho justas e promover o desenvolvimento social:

4.1.3.1. Não Utilização de Mão de Obra Degradante: Exigir declaração expressa e a apresentação de Certidões Negativas que atestem o não emprego de mão de obra infantil, análoga à escrava ou degradante em qualquer etapa da cadeia produtiva (colheita do café/cana-de-açúcar, processamento e embalagem).

4.1.3.2. Inclusão Social na Execução: Quando aplicável e justificado, poderá ser exigido que um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do contrato (p. ex., logística ou serviços correlatos) seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica ou egressos do sistema prisional, conforme o Art. 25, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.4. Dimensão Econômica e Governança (Foco na Gestão do Contrato) - Os seguintes requisitos visam garantir a eficiência, a transparência e o desempenho do fornecimento:

4.1.4.1. Qualidade e Conformidade Permanente: Será exigida a apresentação de um Plano de Gestão da Qualidade que demonstre como o fornecedor manterá a rastreabilidade e a conformidade integral com as normas do MAPA e ANVISA em todas as entregas durante a vigência do contrato.

4.1.4.2. Plano de Logística Sustentável (PLS) da Contratada: O fornecedor deverá demonstrar conhecimento e alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão contratante, propondo soluções para otimizar a distribuição, reduzir o consumo de recursos (combustível, água, energia) e minimizar a geração de resíduos no processo de entrega e armazenamento.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das marcas Três Corações, Pilão e Melitta como referência de qualidade e paradigma, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº 08420.005859/2025-32, a Administração não aceitará o fornecimento produtos e marcas desclassificados e Fora do Tipo, conforme descrição contidas no Estudo Técnico Preliminar.

Da exigência de amostra

4.4. A fase de seleção e habilitação do fornecedor não exigirá a apresentação de amostras prévias. Contudo, no ato do recebimento provisório de cada lote entregue, será realizada a análise e a verificação obrigatória dos aspectos de qualidade, integridade e conformidade regulatória dos produtos (café, açúcar e adoçante).

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Em consonância com o princípio da simplificação administrativa e visando a máxima ampliação da competitividade no certame, não será exigida a apresentação de Carta de Solidariedade do fabricante ou produtor para fins de habilitação ou classificação de propostas. A garantia de fornecimento contínuo e a manutenção dos padrões de qualidade não serão comprometidas, uma vez que a Administração se resguarda por mecanismos contratuais mais eficazes, notadamente através da aplicação do Índice de Mensuração de Qualidade (IMQ), da previsão de glosa no faturamento para lotes não conformes, e da aplicação das sanções contratuais por inexecução parcial ou total do objeto, eliminando a necessidade de exigências documentais que possam restringir indevidamente a participação.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.8. Na presente licitação, teremos:

4.8.1 Para o Grupo 1, (Itens 1, 2 e 3) e item 4 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.8.2 Para o Item 5 não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Margem de Preferência

4.9. Conforme o disposto no art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.890/2024, a aplicação da Margem de Preferência para bens manufaturados nacionais é um instrumento de incentivo que exige a listagem expressa dos produtos beneficiados por meio de Resolução da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS). Após análise das Resoluções vigentes da CICS, que atualmente focam em setores estratégicos de maior valor agregado, como tecnologia, energia e bens de capital (NCMs específicas), conclui-se que os itens deste objeto — Café em Grão, Café Torrado Moído, Açúcar e Adoçante — não estão contemplados nas listas de códigos NCM que autorizam a concessão da margem de preferência normal ou adicional. Dessa forma, a não aplicação desta política é mandatória, em estrita observância ao princípio da legalidade.

Requisitos de Qualidade

4.10. Requisitos de Qualidade do Item 1 - Açúcar Cristal Tipo I

4.10.1. Os Requisitos de Qualidade do Açúcar do Grupo I (Consumidor Final) são definidos a partir de limites máximos e mínimos, de acordo com a Classe e o Tipo do açúcar, e estão detalhados no Anexo III da Instrução Normativa Nº 47/2018 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), os quais apresento:

Classes	Tipos	Polarização (°Z mín.)	Umidade (% máx.)	C o r ICUMSA (UI Máx.)	Cinzas Condutimétricas (% máx.)	Pontos Pretos (nº/100g máx.)	Partículas Magnetizáveis (mg /Kg máx.)
CRISTAL BRANCO	Cristal	99,5	0,10	300 (*)	0,10	20	15

4.11. Requisitos de qualidade do Item 2 - Adoçante

4.11.1. O adoçante líquido, classificado como dietético e tendo como edulcorante principal a sucralose (obtida da cana-de-açúcar), deverá atender integralmente aos requisitos de identidade, qualidade e segurança sanitária estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), órgão responsável pela autorização e avaliação do perfil de segurança de aditivos alimentares no país, com base em diretrizes internacionais (FAO/OMS).

4.11.2. O produto deve, minimamente, apresentar-se em aspecto físico líquido, ser fornecido em embalagem de 100 ml com bico dosador e estar em conformidade com toda a legislação de rotulagem vigente, incluindo a comprovação de registro ou autorização no Ministério da Saúde/ANVISA. Adicionalmente, o requisito mínimo de conservação exige que o produto apresente um prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir da data da entrega, garantindo a sua estabilidade e qualidade durante o período de uso.

4.12. Requisitos de Qualidade dos Itens 3 e 4 - Café Torrado Moído e Café em Grãos

4.12.1. O café a ser fornecido deve, obrigatoriamente, ser classificado no mínimo na categoria Superior (ABIC) ou Gourmet (padrão SCA) ou equivalente, e possuir o Selo de Pureza e Qualidade da ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café).

4.12.2. Será IMEDIATAMENTE REJEITADA a proposta de fornecimento de marcas e/ou produtos que tenham tido quaisquer de seus lotes desclassificados, interditados ou com ordem de recolhimento emitida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) ou pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nos últimos 12 (doze) meses, por motivos de:

- a) Fraude, adulteração ou presença de elementos estranhos.
- b) Impurezas ou Matérias Estranhas acima dos limites legais.
- c) Presença de contaminantes (ex: micotoxinas) em níveis prejudiciais à saúde.

4.12.3. A rejeição se aplica a qualquer marca ou produto com histórico recente de não conformidade grave, independentemente de o lote específico ofertado no certame ser considerado regular.

4.13. Padrões Mínimos para Café Torrado e Moído.

Categoria	Parâmetro	Limite de Tolerância (Máximo ou Mínimo)	Base Legal (Portaria SDA 570/2022)
Características Físicas Limites de Tolerância	Umidade	Máximo de 5,0% (cinco por cento)	Art. 14
	Matérias Estranhas e Impurezas (somatório)	Tolerância de 1% em massa para o café do Tipo Único.	Anexo II (Tabela 1 e Art. 6º)
	Elementos Estranhos	Ausência (detecção visual ou macroscópica).	Art. 3º, § 2º (Requisitos de Qualidade)
	Extrato Aquoso	Mínimo de 20% (vinte por cento)	Anexo II (Parâmetros para Café Fora de Tipo)

Características Químicas	Cafeína (em café não descafeinado)	Não há limite máximo. O teor mínimo é estabelecido por regulamentos complementares (não diretamente na 570).	Anexo II
	Cafeína (em café descafeinado)	Máximo de 0,1% (um décimo por cento)	Art. 6º, Parágrafo Único
Características Sensoriais	Qualidade Global da Bebida	Mínimo de 4,5 pontos (para ser considerado Tipo Único).	Anexo III (Parâmetros para Café Fora de Tipo)
	Odor	Ausência de odor estranho.	Art. 2º, Inciso XII
Características Microbiológicas	Micotoxinas (Ocratoxina A - OTA)	A Portaria 570/2022 não define os limites de contaminantes, mas os exige. Utilize a RDC nº 724/2022 (ANVISA), que estabelece o limite máximo de 10 µg/kg (microgramas por quilograma) para Ocratoxina A em café torrado.	RDC nº 724/2022 (ANVISA)

4.14. Padrões Mínimos para Café em Grão (Matéria-Prima)

4.14.1. A Portaria SDA nº 570/2022 trata do café torrado e não define um padrão oficial de classificação para o café verde (em grão) – esta é a função da Instrução Normativa MAPA Nº 8/2003.

4.14.1.2. No entanto, para o seu TR, a Portaria 570/2022 é útil ao definir as impurezas que são inaceitáveis no produto final, que vêm da matéria-prima:

Categoria	Parâmetro	Limite de Tolerância (Máximo)	Base Legal (Portaria SDA 570/2022)
Matérias Estranhas (No café Torrado)	Inclui cascas, paus, pedras, torrões, areia e fragmentos do cafeeiro.	Máximo de 1% (somatório de impurezas)	Anexo I (Define Matérias Estranhas e Impurezas)
Elementos Estranhos (No café Torrado)	Inclui grãos ou sementes de outras espécies vegetais, corantes, borra de café solúvel, etc.	Ausência	Art. 3º, § 2º (Requisitos de Qualidade)

4.15. Critérios de desclassificação e rejeição café

4.15.1. O Café Torrado em Grão ou Torrado e Moído será REJEITADO no momento da entrega ou considerado DESCLASSIFICADO (quando estiver proibido de ser comercializado ou impróprio para consumo humano e animal) se apresentar uma ou mais das seguintes características, conforme a Portaria SDA/MAPA Nº 570/2022 e a Instrução Normativa MAPA Nº 8/2003 (para a matéria-prima):

Categoria	Requisito de Desclassificação	Base Legal	Ação Imediata
Impurezas / Fraude	Matérias Estranhas e Impurezas: Percentual em conjunto superior a 1,0% (um por cento) do peso total do produto.	Portaria 570/2022	Rejeição / Desclassificação.
Condição de Conservação	Aspecto Generalizado de Mofo.	IN 8/2003 e Portaria 570/2022	Desclassificação.
Condição de Conservação	Mau estado de conservação ou aspecto generalizado de deterioração.	IN 8/2003 e Portaria 570/2022	Desclassificação.
Higiene	Presença de Insetos Vivos ou detritos de insetos acima dos limites estabelecidos na legislação sanitária vigente (ANVISA).	IN 8/2003 e Portaria 570/2022	Desclassificação.
Sensorial	Odor Estranho de qualquer natureza, impróprio ao produto, que inviabilize a sua utilização (ex: Odor de fumaça, mofo, produto	IN 8/2003 e Portaria 570/2022	Desclassificação.

	químico, etc.).	/2022	
Sanitário / Contaminantes	Resíduos de produtos fitossanitários, Micotoxinas (ex: Ocratoxina A - OTA) ou outros contaminantes químicos/biológicos acima dos limites máximos tolerados pela ANVISA.	Legislação ANVISA (RDC 724/2022)	Desclassificação.
Sanitário / Contaminantes	Presença de sementes tóxicas (e outros elementos estranhos).	IN 8/2003 e Portaria 570 /2022	Desclassificação.
Bebida (Matéria-Prima)	Utilização de café cru (matéria-prima) classificado como "Rio" ou "Rio Zona" (sabor atípico, assemelhado a iodofórmio/ácido fênico).	IN 8/2003	Desclassificação.
Umidade	Umidade superior a 5,0% (cinco por cento) no produto final torrado.	Portaria 570 /2022	Rejeição / Desclassificação.

4.16. Condições de Fornecimento

4.16.1. O fornecimento dos produtos, deverá ser efetuado de forma parcelada e sob demanda, de acordo com a necessidade da Contratante, mediante Ordem de Fornecimento (OF).

4.16.2. Com o objetivo de subsidiar o planejamento, a precificação da proposta e garantir a capacidade logística da Contratada, a demanda anual total registrada na Ata de Registro de Preços (ARP) será fracionada em Lotes de Pedido/Entrega Trimestrais, observando as seguintes diretrizes:

a) Os pedidos seguirão o seguinte cronograma de referência trimestral, que é baseado no histórico e na demanda atual de consumo da Contratante:

Lote de Pedido	Percentual do Total da ATA	Período de Referência da Vigência
1º Lote	25%	1º ao 3º mês
2º Lote	25%	4º ao 6º mês
3º Lote	25%	7º ao 9º mês
4º Lote	25%	10º ao 12º mês

4.17. Prazo e Condições de Execução de Cada Pedido

4.17.1. Prazo Padrão de Entrega: o prazo de entrega dos itens é de 30 (trinta) dias, a serem contados a partir da data de envio da Ordem de Fornecimento (OF) pela Contratante.

4.17.2. Composição da Ordem de Fornecimento (OF): a Ordem de Fornecimento será emitida contendo todos os itens do Grupo (1,2e 3) ou Isolado Item 4, e a quantidade de cada item solicitada na OF será especificada pela Contratante.

a) Percentual Estimado por OF (Regra Geral): estima-se, em regra, que a Ordem de Fornecimento solicitada a cada trimestre corresponda a um percentual de 25% do quantitativo total anual de cada item.

Lotes de Entrega	Composição Mínima da Parcela	Prazo de Entrega
Cada Pedido (OF)	Mínimo de 10% do quantitativo total anual de cada item do lote.	30 dias do envio da Ordem de Fornecimento com empenho.

b) Variação Excepcional: Embora o padrão desejável seja o pedido de 25% (conforme a referência trimestral), o percentual de cada item solicitado na OF poderá sofrer variações (para mais ou para menos) em razão de fato superveniente ou de necessidade devidamente justificada da Administração. Contudo, em nenhuma hipótese, o percentual de solicitação de um item solicitado em uma OF poderá

ser inferior a 10% do seu quantitativo total anual, sem que haja anuência do Contratado em razão dos custos de envio.

4.17.3. Pedidos Isolados de Urgência (Fora da Rotina Trimestral): excepcionalmente, a Contratante poderá emitir Ordem de Fornecimento para a entrega isolada de um ou mais itens específicos, fora do cronograma de referência trimestral, quando o estoque mínimo da unidade estiver em iminência de desabastecimento. Nesses casos, será solicitado um percentual de 10% a 25% do quantitativo total anual do item.

4.17.4. Caso não seja possível entregar o pedido na data avençada, o Contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência do vencimento do prazo, para que o pleito de prorrogação seja analisado pela Contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Índice de Mensuração de Qualidade de Entrega - IMQE

4.18. Será avaliado a Qualidade do Produto , o atendimento do prazo de entrega e o atendimento da quantidade solicitada.

4.19. O não atendimento aos padrões de qualidade mínimos, físicos ou documentais, estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) resultará na rejeição imediata do lote e na aplicação do Índice de Mensuração de Qualidade de Entrega (IMQE).

4.20. A reprovação no IMQE implicará, além da rejeição do lote e da necessidade de sua substituição, na aplicação de glosa no faturamento correspondente à não-conformidade detectada, para fins de ressarcimento ou abatimento de custos.

4.21. Esta glosa, decorrente da aplicação do Índice de Mensuração de Qualidade (IMQ), possui natureza Indenizatória /Compensatória, visando exclusivamente ressarcir a Administração pelos custos e prejuízos diretos (logísticos e administrativos) gerados pela não-conformidade na entrega. Por ter essa finalidade, a glosa é distinta das penalidades administrativas (advertência, multa, suspensão, etc.) previstas na Lei nº 14.133/2021. Estas sanções, que serão regidas pelas cláusulas específicas do contrato, possuem natureza Sancionatória/Punitiva, sendo aplicáveis em casos de inexecução parcial ou total do objeto, fraude ou qualquer descumprimento contratual, e podem ser aplicadas cumulativamente à glosa.

4.22. As Glosas pode ser aplicada cumulativamente com as multas contratuais, pois possuem naturezas e finalidades diferentes.

Categoria de Falha	Previsibilidade de Glosa (Percentual do Lote)	Valor da Glosa (Exemplo R\$?)	Justificativa
A . Qualidade Exigida (Glosa IMQ Crítica)	5% do valor total do lote que for rejeitado por não atendimento a um dos requisitos mínimos de qualidade (IMQ).	R\$ 0,00	Penaliza a falha na cadeia de qualidade, compensando os custos administrativos, de análise laboratorial e de movimentação logística da mercadoria reprovada.
B. Prazo de Entrega (Atraso)	0,5% (meio por cento) por dia de atraso , limitado a 5 dias.	R\$ 0,00 por dia (total máx. R\$ xxx)	Incide sobre o valor do lote entregue com atraso, cobrindo o risco de desabastecimento ou necessidade de compra emergencial.
C . Quantidade Definida (Entrega menor)	100% do valor do produto não entregue (abatimento) + 5% de glosa sobre o valor não entregue.	Se faltar R\$ xxx (10% do lote), a glosa total será R\$ 0,00 (abatimento) + R\$ 0,00 (5% de glosa) .	Garante que a Administração pagará apenas pelo que recebeu, aplicando um pequeno percentual para penalizar a falha de planejamento/logística.

4.23. Além das especificações técnicas e dos limites de tolerância previstos na Instrução Normativa (IN) nº 8/2003 e na Portaria SDA nº 570/2022 (e demais normas complementares aplicáveis), os critérios de avaliação abaixo detalhados complementarão o trabalho da fiscalização, auxiliando na verificação do atendimento aos requisitos de qualidade quando do recebimento provisório dos produtos e na aplicação do Índice de Mensuração de Qualidade (IMQE).

EIXO DE AVALIAÇÃO	SUBITEM	CRITÉRIO DE VERIFICAÇÃO NA ENTREGA	STATUS	RESULTADO IMQE
1. Conformidade Sanitária e Documental	1.1	Validade Mínima: O prazo de validade é igual ou superior ao mínimo exigido no TR (ex.: 12 meses para o adoçante).	C / NC	Rejeição Imediata
	1.2	Rotulagem Legal: Atende integralmente às exigências de rotulagem nutricional (ANVISA) e traz as informações obrigatórias (ANVISA/MAPA/MS).	C / NC	Rejeição Imediata
	1.3	Registro/Autorização: O produto ou o aditivo (sucralose) possui registro válido ou é autorizado pela ANVISA/MS.	C / NC	Rejeição Imediata
2. Qualidade Intrínseca e Física	2.1	Aspecto Físico: Ausência de aglomerados, empedramentos, umidade excessiva, mofo ou alteração de cor/odor.	C / NC	Rejeição Imediata
	2.2	Limites de Impureza/Fraude: Nível de impurezas, materiais estranhos ou resíduos abaixo dos limites máximos tolerados pelo MAPA (Café) ou ANVISA (Açúcar/Adoçante).	C / NC	Rejeição Imediata
	2.3	Classificação (Café): Atende, no mínimo, à classificação de Categoria, Subcategoria e Tipo exigida no Termo de Referência (conforme a IN MAPA vigente, como a IN nº 08/2003, se aplicável ao produto).	C / NC	Rejeição Imediata
3. Embalagem e Logística	3.1	Integridade: As embalagens primárias e secundárias estão íntegras, sem avarias, vazamentos ou violação.	C / NC	Rejeição Imediata
	3.2	Volume/Peso: O peso líquido ou volume da embalagem corresponde ao exigido (ex.: 100 ml para o adoçante).	C / NC	Rejeição Imediata
[C] = CONFORME [NC] = NÃO CONFORME				

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada e sob demanda, conforme requisito de fornecimento.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Superintendência Regional de Polícia Federal do Rio Grande do Norte Endereço: Rua Dr. Lauro Pinto, 155 - Lagoa Nova - CEP. 59064-250 - NATAL/RN.

- Unidade Responsável pelo Recebimento: NUMAT/SELOG/SR/PF/RN
- Telefone: (84) 3204 - 5690 (Contato Principal)
- Telefones: (84) 3204-5500 - Plantão (24h) /(84) 3204-5502 (Contatos secundários)

5.2.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 9 (nove) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. recebimento provisório e avaliação do Índice de Mensuração de Qualidade Entrega(IMQE).

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias .

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15 (quinze) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, **mediante aplicação do índice de IPCA** correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/09/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice de **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado e sob demanda.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

Grupo	Itens	QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)
1	1	2.400	R\$ 4,56
	2	384	R\$ 6,59
	3	3.440	R\$ 15,16
	4	360	R\$ 91,32
-	5	1.080	R\$ 91,32

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições dessa SRP-Pregão, bem como da possibilidade de firmar contrato para fornecimento sob demanda dos itens contratados.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável comercial da empresa.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.36. as cooperativas, deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

9.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso XI do art. 21, incisos I do art. 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;

9.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados;

9.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.36. 4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.36.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a. Ata de fundação;

b. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

9.36.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 197.125,76 (cento e noventa e sete mil, cento e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas .

Natal/RN, data e assinatura digital

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ÍNDICE ECONÔMICO

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS ÍNDICES ECONÔMICOS

(TERMO DE REFERÊNCIA Nº XX/2025 - SR/PF/RN)

Eu, _____, Contador(a) devidamente inscrito(a) no CRC sob o nº _____, CPF nº _____ - _____, atuando como profissional habilitado da área contábil, responsável técnico pelas demonstrações contábeis da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ - _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº _____ - UG200406, Processo nº 08059.001038 /2025-01, cujo objeto é contratação de serviços de copeiragem e de carregadores, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital.

DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que a empresa _____ atende aos índices econômico-financeiros de qualificação exigidos no Termo de Referência do Edital, cujos valores, obtidos por meio do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social findo _____, já exigíveis e apresentados na forma da lei, são os seguintes:

Índice	Fórmula Aplicada	Resultado	Exigência (Maior que 1)	Situação (Atende/Não Atende)
Liquidez Geral (LG)	Passivo Circulante+Passivo Não Circulante Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	[LG Apurado]	Sim	[Atende ou Não Atende]

Solvência Geral (SG)	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante Ativo Total	[SG Apurado]	Sim	[Atende ou Não Atende]
Liquidez Corrente (LC)	Passivo Circulante Ativo Circulante	[LC Apurado]	Sim	[Atende ou Não Atende]

Declaro, ainda, que as demonstrações contábeis utilizadas para o cálculo dos índices encontram-se devidamente assinadas por este profissional e foram elaboradas em conformidade com os princípios e normas contábeis vigentes, bem como que os documentos contábeis foram registrados conforme exigido pela legislação aplicável.

[Local], [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Assinatura do Contador]

[Nome do Contador]

14. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(TERMO DE REFERÊNCIA NºXX/2025 - SR/PF/RN)

[LOGOMARCA / NOME COMPLETO DA SUA EMPRESA/RAZÃO SOCIAL]

[CNPJ DA SUA EMPRESA]

PROPOSTA COMERCIAL – FORNECIMENTO SOB DEMANDA

PROCESSO:08420.005859/2025-32

SRP -PREGÃO ELETRÔNICO: _____/2025.

OBJETO: fornecimento sob demanda de Gêneros Alimentício, conforme especificações do Termo de Referência /Edital.

À SR/PF/RN,

Prezado Pregoeiro, segue Proposta, conforme disposições descrita no Edital e seus anexos.

Extrato Resumo da Proposta									
Grupo	Item	Especificação	CATMAT	Marca	Unidade de Medida		Quantidade Máxima Anual	Valor Unitário	Valor Anual
1	1	Açúcar cristal [Especificar o Produto]. Embalagem de 1 kg, apresentando data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	603269		Pacote	1kg	2.400		
	2	Adoçante , aspecto físico líquido. [Especificar o Produto]. 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	436134		Frasco	100ml	384		
	3	Café, tipo torrado, apresentação moído, extraforte , [Especificar o Produto]. 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	606522		Pocote	250mg	3.440		
	4	Café torrado em grãos , [Especificar o Produto]. Embalagem de 1kg, apresentando data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	63572		Pacote	1 Kg	360		
TOTAL PARA O GRUPO (ITENS 1,2, 3 e 4)									

Extrato Resumo da Proposta									

Grupo	Item	Especificação	CATMAT	Marca	Unidade de Medida		Quantidade Máxima Anual	Valor Unitário	Valor Anual
-	5	Café torrado em grãos, [Especificar o Produto]. Embalagem de 1kg, apresentando data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	463572		Pacote	1 Kg	1.080		
TOTAL PARA O ITEM 5									

Valor Global da Proposta por 12 (doze) meses :
(_____)

Prazo de Validade da Proposta: _____ dias.

Dados para Contato da Proponente:

Representante Legal: _____

CPF:

Telefone:

E-mail:

Endereço Completo:

Dados Bancários:

Declaramos que os preços e condições apresentados incluem todos os custos diretos e indiretos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas necessárias ao fornecimento dos produtos, conforme especificações do Edital e seus anexos.

Local/UF, data

[Assinatura do Representante Legal/Proponente]

[Nome Completo do Representante Legal]

[Cargo do Representante Legal na Empresa]

[Carimbo do CNPJ (Se aplicável)]

15. ANEXO III - DEC. CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E DECLARAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no **Edital**, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão Eletrônica-SRP nº...../20.....**, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANGELA MARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/11/2025 às 09:14:47.

FABIO ARAUJO VANDERLEI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/11/2025 às 07:45:17.

RAISSA SALDANHA CALISTRATO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/11/2025 às 07:47:52.